

# JUDICIÁRIO



*O Estado de exceção que foi imposto à política brasileira precisa estar no centro das reflexões a respeito da conjuntura político-judicial e das ações do campo democrático popular. A seção trata neste mês da consagração de Bolsonaro na atual etapa do autoritarismo brasileiro e do xeque em que se encontra Sergio Moro.*

## Bolsonaro é bom para o mercado. Sergio Moro talvez não mais

O jurista Rafael Valim, na obra *Estado de Exceção: a Forma Jurídica do Neoliberalismo*, aponta os três elementos principais da configuração dessa lógica estrutural de autoritarismo: “o inimigo, o soberano e a superação da normatividade”. O autor ainda aponta que, no contexto brasileiro, o inimigo é o “corrupto”, o soberano é o mercado e a superação da normatividade se dá em um sistema de suplantação da ordem jurídica que vem desde a operação Lava Jato e foi até o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. Adiciona-se a isso a prisão arbitrária de Lula e a total leniência do Judiciário ante as fraudes eleitorais da chapa eleita para Presidência em 2018.

Essa introdução serve bastante para a compreensão da etapa em que o autoritarismo brasileiro se insere. Isso porque Bolsonaro se consagrou na evolução desse processo. Agora, o Estado de exceção está formalmente aplicado no Brasil por força da legitimidade eleitoral dada ao atual presidente. A perseguição ao inimigo, a imposição do soberano e a superação da normatividade se configuram en-

quanto políticas de governo.

Enquanto soberano, o mercado opera as suas agendas de desmonte do Estado de Bem-Estar Social proposto pela Constituição de 1988, situação automaticamente aplicada pelos parlamentares eleitos a serviço da agenda de exceção brasileira. Nesse sentido, é imperioso entender que Bolsonaro está a serviço dessa agenda, e por essa razão, é absolutamente funcional ao soberano. Bolsonaro ampliou o conceito de corrupto para toda a esquerda contra qualquer pauta de defesa de direitos humanos, mas é necessário repetir: isso funciona para o mercado.

Por isso, não há possibilidade de contarmos, para a superação da profunda crise que vive o Brasil, com o enfraquecimento das relações internas do governo ou com as forças que sustentaram a sua eleição. Essas relações, em virtude do comportamento incendiário do presidente, serão sempre complexas, e o soberano compreende isso como ninguém. Por isso, neste momento histórico, as instituições possuem

uma tendência de agir em defesa dessa nova ordem de exceção cuja vigência institucional é um fato.

Essa foi a razão principal, neste mês, da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, sobre as investigações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), e da operação da Polícia Federal para a prisão dos supostos hackers que seriam responsáveis por invadir os celulares de autoridades e jornalistas.

O Coaf ganhou muito espaço no contexto da operação Lava Jato e o projeto ideal de Sergio Moro tem o Conselho em sua centralidade. Isso porque o órgão é originalmente uma “unidade de inteligência financeira”, capaz de proteger o sistema financeiro como um todo, e por essa razão preparado para encontrar operações financeiras suspeitas, notadamente de grandes volumes em ações de lavagem de dinheiro. Essas operações suspeitas são reportadas nos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF's). Moro quer o acesso amplo a todos os RIF's e por isso queria o Coaf sob seu controle. Naquilo que muitos entenderam como uma restrição à agenda do superministro, o Congresso decidiu tirar o Coaf da competência do Ministério da Justiça e devolver o controle do órgão ao Ministério da Economia.

Para completar a trama, o ministro Dias Toffoli determinou que os RIF's só podem ser encaminhados para a Polícia Federal e para o Ministério Público no caso de determinação judicial que afaste o sigilo bancário do investigado. O caso ganhou grande repercussão e uma enorme confusão pública porque beneficiou automaticamente o senador Flávio Bolsonaro no famoso caso Queiroz.

De pronto, a reação de boa parte da opinião pública foi no sentido de que o presidente do Supremo tentou fazer um agrado ao presidente da República. Afora o fato de que isso já é muito comum ao histórico do Supremo, a reflexão sobre esse assunto precisa se ligar às premissas colocadas no início desta seção. O Coaf foi responsável recentemente pela descoberta de esquemas que tratavam de instituições financeiras e até mesmo da Rede Globo. Moro tentou colocar o órgão a serviço da perseguição aos seus inimigos, mas o órgão na verdade seguiu descobrindo ações suspeitas de seus amigos.

Não bastasse esse simples fato, o principal ponto

dessa história é que o Coaf precisa estar sob o controle do soberano no Estado de exceção, o mercado. E por essa razão ele foi mantido no Ministério da Economia, e é essa a razão principal da decisão de Toffoli, a de proteger o sigilo bancário, direito sagrado para o soberano.

Já a prisão dos hackers se envolve nas práticas já conhecidas do ex-juiz Moro. Vazamento de informações sobre a investigação, uma série de ilações sem provas, cobertura midiática e, portanto, julgamento público sumário e imediato sem o devido processo legal. Nenhuma novidade na praxe da superação da normatividade. E uma enorme confusão pública em que se torna impossível saber o que é verdade e o que é mentira nessa história.

A novidade desse caso é um ministro de Estado mobilizando toda uma estrutura de investigação em favor do seu interesse pessoal em tentar estancar o estrago provocado diariamente pelos vazamentos de mensagens do escândalo da Vaza Jato. Vários jornais repercutiram o caso com a declaração, in off, de ministros do Supremo, preocupados com o comportamento de Moro.

Os dois casos, tanto do Coaf quanto da prisão dos hackers têm, no entanto, uma característica muito comum: ações do ministro consideradas exageradas até por aqueles que defendem o Estado de exceção brasileiro. Isso porque essa complexa estrutura que rachou a ordem jurídica e social, nessa etapa de aprofundamento, está por criar o seu próprio sistema de freios e contrapesos. E naturalmente, o STF é o primeiro candidato a cumprir esse papel.

Mas é preciso que se diga: o STF se dispõe a regular o *check and balance* do Estado de exceção, e não da Constituição Federal. Mesmo porque se a Corte estivesse disposta a assegurar a soberania do povo via Carta Magna, ela teria barrado o impeachment, libertado Lula e garantido a regularidade da eleição de 2018. Ao não ter tomado nenhuma dessas atitudes, a Corte se mostrou disposta a atender prontamente o soberano mercado. Assim, ela se configura como a garantidora de limite a qualquer tempo dos destemperos do superministro da Justiça.

O Brasil vive uma franca deterioração da Constituição Federal de 1988, hoje francamente ameaçada. Sob o ponto de vista econômico e social pelas re-

formas propostas no Congresso Nacional, e sob o ponto de vista político e dos direitos humanos, pelos enormes retrocessos propostos pelo governo. Nesse momento, vivemos um cenário de uma lei maior, tácita, determinada pelo soberano mercado sem que o povo sequer saiba qual é.

O cenário é desalentador, mas ele precisa, antes de mais nada, ser compreendido em todos os seus detalhes para que o campo democrático popular não se coloque à disposição da desinformação e da confusão no debate público. As denúncias precisam ser francas e objetivas e fundamentalmente direcionadas ao enfraquecimento daquilo que é estratégico para o consórcio de poder que hoje toma conta do país: querem destruir a Constituição e a ordem social e democrática pactuada pela sociedade em 1988. Resta saber se conseguirão.

Essa reflexão aponta para o fato de que Bolsonaro é funcional ao mercado, mas talvez Sergio Moro não seja mais. A cada dia, o herói do combate ao inimigo corrupção torna-se ainda mais disfuncional para o projeto principal do governo. Claramente, há um conflito escondido nesse processo. No entanto, Moro foi extremamente importante para a consolidação da figura do “inimigo da pátria”. Não há dúvidas que neste momento tal contradição seja o ponto fraco do governo. Ela precisa ser explorada à luz de uma estratégia evidente e de uma real compreensão da realidade brasileira, sem emoções ou ansiedades imediatistas. Eles traçaram um projeto consistente que está funcionando. Nós, o povo, precisamos fazer o mesmo.